



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE CONTAS  
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DE DÉBITOS E MULTAS

**Informação nº:** 181/2024 – CADEM/SECONT  
**Processo nº:** 00600-00004648/2024-62-e  
**Interessado(a):** Vilmar Rodrigues de Moraes  
**Assunto:** Monitoramento de Decisões  
**Ementa:** Débito oriundo de Tomada de Contas Especial que apurou irregularidade no recebimento de indenização de transporte, na passagem para a inatividade de militar do CBMDF. Desconto em folha implementado de forma parcelada. Pagamento de valor remanescente com adesão ao REFIS – DF 2020. Pela expedição de quitação ao interessado e arquivamento dos autos.

Senhor Secretário,

O presente processo foi inaugurado para analisar a quitação do débito oriundo de Tomada de Contas Especial que apurou irregularidade no recebimento de indenização de transporte, na passagem para a inatividade do Sr. Vilmar Rodrigues de Moraes, CPF nº 220.788.351-53, militar do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), conforme quadro a seguir:

Responsável	Processo de Origem	Valor Original do Prejuízo Apurado (R\$)	Data	Decisão	Acórdão	Data do Acórdão	Valor Imputado (R\$)
Vilmar Rodrigues de Moraes	23.570/2012	8.604,31	1/3/1997	375/2014	153/2014	30/1/2014	66.790,59

2. Segundo consulta aos autos de nº 23.570/2012, esta Corte proferiu a Decisão nº 375/2014 e o Acórdão nº 153/2014, por meio dos quais foram julgadas irregulares as contas do Sr. Vilmar Rodrigues de Moraes, com a imputação do débito ora analisado.
3. Após conhecimento do débito imputado, o responsável apresentou Embargos de Declaração, que foram rejeitados por meio da Decisão nº 2.011/2014, e Recurso de Reconsideração, que recebeu efeito suspensivo por meio da Decisão nº 2.811/2014,



porém logo teve seu provimento negado por meio da Decisão nº 1.395/2015. Em suma, foram mantidos, na íntegra, os termos da Decisão nº 375/2014 e do Acórdão nº 153/2014.

4. Apesar de ser devidamente notificado, o militar responsabilizado não comprovou o recolhimento da quantia devida, motivo pelo qual foi providenciado o envio da documentação pertinente ao CBMDF para o desconto em folha de pagamento, conforme o Ofício nº 131/2015 – SECONT (e-DOC CAD9A928, peça nº 40, do Processo Original nº 23570/2012).

5. Em resposta, à época, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal informou a implementação do desconto parcelado da dívida nos proventos do referido militar, com início em agosto de 2015 (e-DOC 8EC90E2D, inserido no Processo nº 23.570/2012).

6. Posteriormente, por intermédio do Processo nº 00053-00127415/2020-11-e, o CBMDF noticiou a este Tribunal que, após haver ocorrido descontos mensais em folha, houve a integralização do ressarcimento referente ao débito imputado a esse militar, devido à sua adesão ao Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF/2020.

7. Foram remetidos, no mencionado Processo, os registros e as informações referentes à adesão ao Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS – DF 2020, a fim de comprovar a quitação da dívida (e-DOC A744F4A8-e, inserido no Processo nº 00053-00127415/2020-11-e).

8. Salienta-se que esta Corte emitiu a Decisão nº 387/2023 fixando o entendimento quanto à impossibilidade de legislação do Distrito Federal estabelecer incentivos ao pagamento de débitos e multas decorrentes de decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF sem a prévia iniciativa legislativa deste último, ante a autonomia e a independência asseguradas à atuação do Tribunal. Não obstante, indicou-se que a vigência desse entendimento se deu a partir da publicação da referida decisão, dessa forma, reputa-se que adesões aos Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – Refis-DF anteriores a esta posição podem ser analisadas neste Tribunal para fins de emissão de quitação.



9. Feita essas considerações, resta a esta Coordenadoria verificar a precisão do cálculo do valor pago, parte via desconto em folha de pagamento e parte com as reduções conferidas pela mencionada Lei Complementar.
10. De acordo com os documentos apresentados pela Corporação, o desconto em folha foi implementado nos proventos do militar no mês de agosto de 2015, a partir de um valor total de R\$ 80.787,90 (oitenta mil e setecentos e oitenta e sete reais e noventa centavos), atualizado em 27 de julho de 2015 (e-DOC E215D03A, inserido no Processo nº 00053-00127415/2020-11-e).
11. Além disso, o CBMDF também informou que o saldo devedor no mês de novembro de 2020 era de R\$ 70.722,28 (setenta mil e setecentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos), e, ao aplicar o Decreto nº 41.463, de 12 de novembro de 2020, foi gerado o valor de R\$ 13.481,44 (treze mil e quatrocentos e oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos), conforme e-DOC E215D03A do Processo nº 00053-00127415/2020-11-e.
12. Tal valor foi quitado através do desconto de R\$ 492,77 (quatrocentos e noventa e dois reais e setenta e sete centavos) na folha de pagamento do mês de dezembro de 2020 e do valor de R\$ 12.988,67 (doze mil e novecentos e oitenta e oito reais e sessenta e sete centavos) no dia 23 de dezembro de 2020, conforme Guia de Recolhimento da União – GRU (e-DOC 8500DB6A, inserido no Processo nº 00053-00127415/2020-11-e).
13. Contudo, a situação em análise deve estar em concordância com a Lei Complementar nº 435/2001 e com a Emenda Regimental nº 13/2003 que era vigente a época.
14. Essa Emenda Regimental estabelecia “critérios de atualização monetária e de cálculo dos juros de mora incidentes sobre os débitos fixados e multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal”. De acordo com essa norma, o valor da dívida em questão deveria ser atualizado e acrescido de juros de mora, a partir da data de ocorrência do dano até o último dia do mês anterior ao que se iniciou o recolhimento parcelado, logo até 31 de julho de 2015.
15. Assim, o valor da dívida em 31 de julho de 2015 era de R\$ 80.787,89 (oitenta mil e setecentos e oitenta e sete reais e oitenta e nove centavos), conforme cálculos obtidos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE CONTAS  
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DE DÉBITOS E MULTAS

por meio do Sistema de Índices e Indicadores Econômicos e de Atualização de Valores – SINDEC, demonstrado abaixo:

Data Original	Valor Original	Descrição	Data Incid. Juros	Data Atualização	Atualização Monetária	Multa	Juros Até 2019	Juros Pós-2019	Valor Corrigido
01/03/1997	R\$ 8.604,31		01/03/1997	31/07/2015	R\$ 16.641,91	R\$ 0,00	R\$ 55.541,68	R\$ 0,00	R\$ 80.787,89

16. No intuito de identificar o saldo da dívida quando da adesão ao REFIS-DF 2020 (dezembro de 2020), confronta-se esse valor total da dívida, com os descontos já realizados, consoante as fichas financeiras retiradas do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE. Dessa forma, apurou-se um valor de R\$ 70.721,96 (setenta mil e setecentos e vinte e um reais e noventa e seis centavos), conforme demonstrado a seguir:

Saldo jul/15	Valor atualiz	Saldo jul/15	jan/15.	fev/15.	mar/15.	abr/15.	maio/15.	jun/15.	jul/15.	ago/15.	set/15.	out/15.	nov/15.	dez/15.
80.787,89	-	80.787,89	-	-	-	-	-	-	-	466,19	466,19	466,19	466,19	466,19

Saldo dez/15	Valor atualiz	Saldo jan/16	jan/16.	fev/16.	mar/16.	abr/16.	maio/16.	jun/16.	jul/16.	ago/16.	set/16.	out/16.	nov/16.	dez/16.
78.456,94	8.606,73	87.063,67	484,59	484,59	484,59	484,59	484,59	484,59	484,59	484,59	484,59	484,59	484,59	484,59

Saldo dez/16	Valor atualiz	Saldo jan/17	jan/17.	fev/17.	mar/17.	abr/17.	maio/17.	jun/17.	jul/17.	ago/17.	set/17.	out/17.	nov/17.	dez/17.
81.248,59	6.004,27	87.252,86	495,99	495,99	495,99	495,99	495,99	495,99	495,99	495,99	495,99	495,99	495,99	495,99

Saldo dez/17	Valor atualiz	Saldo jan/18	jan/18.	fev/18.	mar/18.	abr/18.	maio/18.	jun/18.	jul/18.	ago/18.	set/18.	out/18.	nov/18.	dez/18.
81.300,98	1.577,24	82.878,22	499,39	499,39	510,62	510,62	510,62	510,62	510,62	499,39	499,39	499,39	499,39	499,39

Saldo dez/18	Valor atualiz	Saldo jan/19	jan/19.	fev/19.	mar/19.	abr/19.	maio/19.	jun/19.	jul/19.	ago/19.	set/19.	out/19.	nov/19.	dez/19.
76.829,39	2.735,13	79.564,52	508,19	508,19	508,19	508,19	508,19	508,19	508,19	508,19	508,19	508,19	508,19	508,19

Saldo dez/19	Valor atualiz	Saldo jan/20	jan/20.	fev/20.	mar/20.	abr/20.	maio/20.	jun/20.	jul/20.	ago/20.	set/20.	out/20.	nov/20.	dez/20.
73.466,24	2.475,81	75.942,05	516,39	436,77	436,77	436,77	436,77	492,77	492,77	492,77	492,77	492,77	492,77	-
														Saldo dez/20
														70.721,96

17. Esse valor diverge do calculado pela Corporação, o qual está demonstrado na planilha de e-DOC E215D03A. Pelo registro do CBMDF o saldo da dívida em dezembro de 2020 era de R\$ 70.722,28 (setenta mil e setecentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos), e diante desse valor foi aplicado o benefício da Lei de Incentivo.

18. Ressalta-se que o REFIS - DF 2020 possibilitou o pagamento de débitos com percentuais de redução do principal atualizado e também de juros e multas, inclusive as de caráter moratório, nas proporções definidas no art. 4º da Lei Complementar nº 976/2020. Dentre as opções legais, a condição aderida pelo Sr. Vilmar Rodrigues de

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE CONTAS  
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DE DÉBITOS E MULTAS

Morais foi de redução de 50% do valor principal atualizado (data do fato gerador até 31 de dezembro de 2002) e redução de 95% nos juros e multas, inclusive as de caráter moratório, para pagamento à vista.

19. O CBMDF apresentou memória de cálculo com a inclusão do benefício do REFIS – DF 2020, identificando um saldo devedor de R\$ 13.481,44 (treze mil e quatrocentos e oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos).

20. Porém, como ainda houve um desconto na quantia de R\$ 492,77 (quatrocentos e noventa e dois reais e setenta e sete centavos), na folha de proventos do militar no mês de dezembro de 2020, o importe exigido ao responsável foi de R\$ 12.988,67 (doze mil e novecentos e oitenta e oito reais e sessenta e sete centavos), via Guia de Recolhimento da União – GRU (e-DOC 8500DB6A, inserido no Processo nº 00053-00127415/2020-11-e).

21. Já pelo cômputo desta CADEM, o valor da dívida após a aplicação das regras do REFIS – DF 2020 era de R\$ 13.481,38 (treze mil e quatrocentos e oitenta e um reais e trinta e oito centavos). Após o supracitado desconto em folha no mês de dezembro de 2020, o total a ser recolhido era de R\$ 12.988,61 (doze mil e novecentos e oitenta e oito reais e sessenta e um centavos), consoante a seguinte memória de cálculo:

PROCESSO DE ORIGEM	23.570/2012		
DATA DO FATO	01/03/1997		
DATA DE ATUALIZAÇÃO	31/07/2015		
VALOR ORIGINAL	R\$ 8.604,31		
VALOR DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	R\$ 16.641,91	% DO VALOR C/ ATUALIZAÇÃO + JUROS + MULTA	
ORIGINAL + ATUALIZAÇÃO	R\$ 25.246,22	31,25%	
JUROS ATÉ 2019	R\$ 55.541,68	68,75%	
JUROS APÓS 2019	-		
MULTA	-		
VALOR ATUALIZADO + JUROS + MULTA	R\$ 80.787,90	DESCONTOS DECORRENTES DO REFIS - DF 2020	
INÍCIO DOS DESCONTOS EM FOLHA	jul/15.	PRINCIPAL ATUALIZADO - 50%	R\$ 11.050,31
SALDO QUANDO DA ADESÃO AO REFIS - DF 2020	R\$ 70.721,96	JUROS + MULTAS - 95%	R\$ 2.431,07
PRINCIPAL (31,25%)	R\$ 22.100,61	TOTAL	R\$ 13.481,38
JUROS (68,75%)	R\$ 48.621,35	(-) PARCELA PAGA	R\$ 492,77
		TOTAL A PAGAR REFIS - DF 2020	R\$ 12.988,61
		TOTAL QUE FOI PAGO	12.988,67
		DIFERENÇA	(-) 0,06

22. Dessa forma, registra-se um valor residual de R\$ 0,06 (seis centavos) em favor do Sr. Vilmar Rodrigues de Moraes, decorrente da divergência de cálculo aqui demonstrada.



23. Quanto a esse valor residual em favor do responsável, verifica-se que o Tribunal, a despeito de decisões anteriores<sup>1</sup>, assentou o entendimento no sentido de determinar a devolução ao responsável de quaisquer valores residuais identificados nos processos que trataram de irregularidade no recebimento de indenização de transporte, na passagem para a inatividade.

24. Assim, conforme observado no debate ocorrido na Sessão Ordinária nº 5384, de 26/06/2024, a Corte firmou a tese da inaplicabilidade do art. 5º da Lei Complementar nº 976/2020, quanto a eventual renúncia de questionamento dos cálculos efetuados na adesão ao Refis, indicando que o CBMDF realizasse os procedimentos para devolução de valores residuais, conforme Decisão nº 2286/2024 exarada no Processo nº 00600-00004108/2024-89-e.

25. Dessa forma, o entendimento desta Coordenadoria é de que o débito pode ser considerado liquidado, ocasião em que sugere a esta colenda Corte expedir o Acórdão de quitação ao responsável. Alvitra-se, ainda, que seja autorizado ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal promover a devolução, em folha de pagamento, do valor aqui identificado em favor do interessado.

26. Do exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

I. tomar conhecimento:

- a) da presente Informação;
- b) dos documentos encaminhados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, por meio do Processo de Comunicação via Barramento de nº 00053-00127415/2020-11-e, que atestam o pagamento do débito imputado ao Sr. Vilmar Rodrigues de Moraes, parte em desconto em folha de pagamento e parte com a utilização dos benefícios do Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS – DF 2020;

---

<sup>1</sup> Processos: 00600-00002635/2024-59, 00600-00002648/2024-28 e 00600-00003261/2024-99.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE CONTAS  
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DE DÉBITOS E MULTAS

- II. expedir quitação ao interessado em relação ao débito objeto da Decisão nº 375/2014 e do Acórdão nº 153/2014, editados em sede do Processo nº 23.570/2012, juntando cópia do Acórdão de Quitação ao referido processo originário;
- III. autorizar:
  - a) o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal a promover a devolução, na folha de proventos do Sr. Vilmar Rodrigues de Moraes, do valor de R\$ 0,06, quantia identificada em favor do interessado, conforme demonstrado nesta Informação;
  - b) o envio ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF de cópia desta Informação, para conhecimento do cálculo que resultou no valor ora identificado;
  - c) a ciência do interessado e o arquivamento dos autos

Brasília, 12 de julho de 2024.

**CLAUDIO MÁRCIO LINO PEQUENO**  
Auditor de Controle Externo

De acordo com esta Informação, submeto o presente feito à elevada consideração de Vossa Excelência.

Em 12 de julho de 2024.

**ARTHUR SANTOS VENTURA**  
Gerente da Coordenadoria de Acompanhamento de Débitos e Multas